

EDITORIAL

AS VIRTUDES CONEXAS

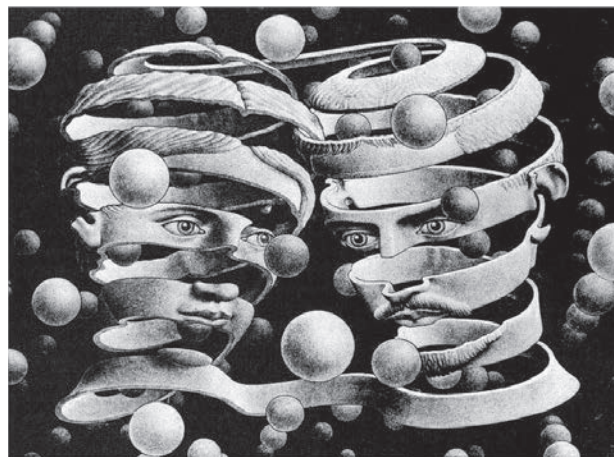
É da sabedoria comum que a Vida não corre linear e mansa como uma pauta de música. Desenrola-se em ritmos envolventes e sucessivos, como que em volutas de uma espiral que reproduza o carácter cíclico da sua evolução. E isto sem se deslaçar, garantindo, *nunc et semper*, a permanência do Ser sob a fugacidade do movimento. Evolui como uma força, perdura como um estado.

Em qualquer dos casos, na condução e salvaguarda desse movimento, é termo de responsabilidade que o seu exercício se desenvolva *em virtude de*. Quero com isto dizer que existem, para a vida de todos e qualquer um, esteios e estímulos de ordem espiritual (e não obrigatoriamente de natureza religiosa), que amparam e salvaguardam o movimento da sua resolução (entendida esta enquanto mudança de estado mas sem alteração da natureza). São eles **as Virtudes**.

Mas para todas elas, nossas conhecidas por catecismo ou exercício, existem ainda a ampará-las outras disposições espirituais (e bastas vezes morais), de comportamento, relacionadas com a vida prática dos humanos, garantidas e desenvolvidas pelo hábito e sujeitas à vontade, que, não sendo propriamente “virtudes” são aquilo a que eu, com vossa licença, chamaria, **“virtudes conexas”**. Relacionam-se elas com os ditames da com-vivência e a partir deles se envolvem e desenvolvem no quotidiano dos viventes e se sedimentam pela educação, pelo exemplo, pela vontade bem formada. O rol de tais “virtudes” (*bondade, justiça, gratidão, paciência, tolerância...*) é vasto e aberto. O que se pressente é que, congraçadas entre si, parecem tecer uma rede fina, uma espécie de amplexo virtual e virtuoso que acompanha o

rodar imparável da Vida, oferecendo-lhe um nexo benévolo, protetor e criativo.

Do conjunto delas ressalta porém, para mim, a **Responsabilidade**. Pelo que ela significa em si mesma e porque ela é fonte primeira da Confiança, sem a qual seriam impossíveis o trato e o equilíbrio na vida em sociedade. Convivem elas num pacto tão íntimo e óbvio que já se gerou o Hábito de quando se atribui uma se obtém por inerência a outra. Ora, se neste enquadramento, tal Hábito devesse ser uma espécie de segunda natureza da Responsabilidade, os tempos que correm vêm demonstrando quão defraudados podemos vir a estar neste particular. É que a Responsabilidade, abrigando tudo o que possa ter a ver com competência, personalidade, auto-estima, criatividade, e autoridade de quem dela é ou está investido, na vertente do “fazer”, detém também o dever de



ESCHER, *Bond of Union*, 1956

prestar contas do desempenho a que se ligou. Não se limita a inspirar – é (deverá ser) visível e escrutável. É seu mérito intrínseco responder pelos comportamentos, compromissos, decisões, falhas ou erros, atribuíveis individualmente ou em grupo, quanto ao seu exercício ou suas posteriores consequências. Considerada nesse âmbito, a Responsabilidade é pois lugar de Confiança, sim, mas também e sempre, no seu verso, alvo de habitual questionamento que a mantenha viva e aberta à certificação e ao acolhimento. Porque ela pode ser jurada: “Juro por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas” mas também interrogada, como na mais pungente pergunta de todos os tempos: “Pai, por que me abandonaste?” Porém, na amplitude do seu

investimento moral sempre que revertido nas possibilidades múltiplas do seu exercício efetivo, ela pode ligar vidas, sentimentos e vontades numa espécie de espiral de comunhão “circulante”. Porque, como diz Tolentino de Mendonça¹: “[...] a vida não é a cápsula que nos mantém intactos, como nós pensamos: a vida é troca, permuta, escâmbio, mutuação, transação, transferência e metamorfose... Somos não apenas com os outros, mas somos, vamos sendo a cada momento, outros”.

Alguers, entre o Amor e o Perdão ...

Maria Lúcia Garcia Marques

¹ In Crónica na Revista EXPRESSO de 28.12.2017.

A ARTE COMO INSPIRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE

Maria da Glória Dias Garcia

I ntermediários entre Deus e os homens, os anjos ajudam-nos a compreender o mundo e a nele nos compreendermos. Elevam-nos, amedrontam-nos, pacificam-nos, inquietam-nos, responsabilizam-nos, inspiram-nos...

Na multifacetada e pujante obra do pintor Paul Klee, os anjos ocupam um lugar de fascínio e abrem portas a infindáveis sugestões criativas¹. É o caso do «*Angelus Novus*», porventura o trabalho mais divulgado do artista suíço, precisamente em virtude de o pensador Walter Benjamin o ter imortalizado como «*Anjo da História*»². Lúcido e trágico, o anjo tem os olhos fitos no monte de ruínas que é o passado e entra recuando, de costas, no futuro que não vê, levado pela força de um vendaval – o progresso – que, em simultâneo, o impede de fechar as asas e de parar. A missão de salvar o passado pertence-lhe – ele é o «*Anjo da História*» – e, ciente da dificuldade de cumprir essa missão num presente em rodopio, não desvia os olhos do que tem de proteger, embora arrastado pelo turbilhão. Memória

do que somos, fonte de onde viemos, arquivo do que nos alicerça, a História aproxima-nos do que fazemos com o que nos acontece e, pelo «*Angelus Novus*», a sua possibilidade de proteção sobressalta-nos, recoloca-nos no espaço, torna-nos aí responsáveis pelo acertar o passo com o tempo.

Na procura de uma ética para a civilização tecnológica, Hans Jonas buscou também, nos trabalhos de Paul Klee, um anjo que com ele entrasse em diálogo, o inspirasse³. O objetivo era encontrar a imagem de um anjo que sintetizasse a ideia-força do seu pensamento, resultado da reflexão filosófica sobre a sociedade e a ação que desenvolve e que, degradando o ambiente, em seu entender, compromete o futuro da humanidade. A procura foi bem-sucedida. O «*Angelus dubiosus*», um anjo cego e carente, que protege o rosto com a mão, foi a escolha de Hans Jonas para personificar a «*heurística do medo*» (*die Heuristik der Furcht*), a conclusão a que chega ao detetar que a fragilização ambiental produzida pela sociedade tecnológica põe em risco a sustentabilidade da vida na Terra e cria um novo objeto de responsabilidade, que implica lidar com o receio de a ação humana

¹ Ver a obra coletiva «*Paul Klee. Die Engel*», Hatje Cantz, Zentrum Paul Klee, Bern.

² Sobre a importância do «*Angelus Novus*», de Paul Klee, na obra de Walter Benjamin, Gershom Scholem, «*Benjamin et son ange*», Rivages Poche, Petite Bibliothèque, 1995; Reto Sorg, *Der Engel der Engel*, in «*Paul Klee. Die Engel*», pp. 114 e ss.

³ «*Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation*», 1979. Usou-se a edição suhrkamp, 1984. Sobre o pensamento de Hans Jonas, ver o nosso «*O Lugar do Direito na Protecção do Ambiente*», ed. Almedina, 2007, pp. 75 e ss.

poder não atingir o objetivo. Com efeito, nada vendo, o «*Angelus dubiosus*» é incapaz de proteger o que quer que seja, em ninguém suscitando a ideia de proteção. Na fragilidade que lhe confere a cegueira, é a imagem mesma do receio perante o que o rodeia e pode destruir. Não admira que inspire nos outros a necessidade de auxílio, demandando a proteção que, em princípio, deveria conceder, ao mesmo tempo que instala a dúvida sobre a própria possibilidade de proteção. O alerta de Hans Jonas está dado: cada um, no seu espaço, é corresponsável pela proteção do bem cuja fragilidade é idêntica à dos que o desejam proteger.

Capa do livro «*Das Prinzip Verantwortung*» (*O Princípio da Responsabilidade*), em que Hans Jonas se debruça sobre a questão ecológica, espaço virgem de «*reflexão extrema*» sobre os «*riscos extremos*» da «*aventura tecnológica*», o «*Angelus dubiosus*» tornou-se símbolo de uma específica ética, moldada a partir da ideia de responsabilidade pelo futuro, que ocupou um lugar até aí vazio (*das etische Vakuum*). E não deixa de ser interessante lembrar que, aceitando a sugestão do título da obra de Ernst Bloch «*Das Prinzip Hoffnung*» (*O Princípio da Esperança*), Hans Jonas tenha pretendido mostrar que a sua proposta reflexiva é uma reação à sedução utópica que emana da visão daquele Autor.

O «*vazio ético*» do pensamento ecológico e a dificuldade humana de lidar com a irreversibilidade da ação que empreende conduzem Hans Jonas para a questão última (ou primeira?) da vida na Terra, questão que, em seguida, o encaminha para a imperatividade da sua preservação. Aquela é, no seu entender, a interrogação decisiva que a sociedade tecnológica deve fazer, sendo a resposta que lhe for dada determinante para o preenchimento do aludido vazio e, logo, para a compreensão do nosso estar no mundo com os outros.

A «*autonomia prometeica*» do homem, desenvolvida a partir da cultura iluminista, e que levou o homem para a solidão das escolhas individuais, não estruturadas, nas quais não se descobre como ideia e apenas se revê em imagem no espelho e, em certo sentido, o conduziu para a sociedade tecnológica, é confrontada agora com a necessidade de uma nova ética.

Recuperando o pensamento aristotélico do cidadão virtuoso, em que cada um faz emergir as suas melhores capacidades no relacionamento social, a ética proposta por Hans Jonas torna cada pessoa raiz da sua responsabilidade pelo futuro da vida na Terra, que se encontra ameaçado – *ética da responsabilidade*. Se foi o poder «*exorbitante*» do homem da sociedade tecnológica que decisivamente contribuiu para a ameaça à vida na Terra, não surpreende que a nova ética apele a um sentido de dever «*ampliado*», que integre a excelência das capacidades de cada um e faça agir o homem para além dos seus naturais egoísmos. E tendo consciência, além do mais, que o futuro não tem ninguém



PAUL KLEE, *Angelus Novus*, 1920

a representá-lo no presente nem do futuro chega a pressão de *lobbies*. Aliás, quando o futuro for presente e puder reclamar de nós o que quer que seja, já todos estaremos mortos.

Em suma, para Hans Jonas o princípio da responsabilidade deve passar a nortear o agir de cada um, em sociedade, porque daí depende a manutenção da vida na Terra. Não admira que a imagem do «*Angelus dubiosus*» tenha sido escolhida para figurar esse pensamento, imagem que transmite, em simultâneo, a fragilidade do bem a proteger através da ação – a vida –, o medo de essa ação não a conseguir proteger, a urgência de uma ação responsável.

Após diversificada e, quantas vezes, contraditória ação – filosófica, científica, política, religiosa... – sobre a «*questão ecológica*», entretanto uniformemente reconhecida, o Papa Francisco apresenta ao mundo, em 2015, um importante documento «*sobre o cuidado da casa comum*», contendo toda uma nova filosofia de vida: a *Carta Encíclica Laudato Si'*⁴.

⁴ Ver Carta Encíclica do Santo Padre Francisco Laudato Si', Louvado Sejas, UCP ed., 2016.

PAUL KLEE, *O Anjo Esquecido*, ca 1939

Lembrando o Cântico de São Francisco de Assis «*Louvado sejas, meu Senhor*», no qual «*a nossa casa comum se pode comparrar, ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe que nos acolhe nos seus braços*», o Papa Francisco, perante a gravidade da crise ecológica, propõe o abandono do consumismo que caracteriza a nossa sociedade e a adoção de um estilo de vida onde a simplicidade e «*o cuidado com a casa comum*» imperem. E deixa claro que «*não haverá uma nova relação com a natureza sem um ser humano novo*». Não está em causa substituir o antropocentrismo pelo biocentrismo, mas simplesmente pôr termo ao «*mito moderno do progresso material ilimitado*» e colocar a inteligência de cada ser humano ao serviço da melhor forma de se orientar, cultivar e limitar o seu poder, tudo no sentido de melhor «*cuidar da casa comum*».

O movimento ecológico que, a nível mundial, já percorreu um longo e rico caminho e gerou inúmeras redes de cidadãos, conscientes da magnitude da degradação a que se chegou, tem sentido incompreensões e resistências várias, desde logo a procura de soluções concretas tem esbarrado, de um lado, com a oposição de quem as pode pôr em prática e, de outro, com a indiferença. A mensagem do Papa Francisco é, porém, clara: não se pode desanimar. É preciso continuar, continuar sempre, ajudando a consciencializar a questão ecológica, difundindo solidariedades, buscando respostas, testando-as, partilhando-as, cultivando os diferentes saberes e colocando-os – da tecnociência à medicina, da engenharia às comunicações... –, ao serviço do «*cuidado com*

a casa comum» que a todos deve preocupar, unir, responsabilizar. Porque «*tudo depende de tudo*»⁵ e nada deste mundo nos pode ser indiferente. O modelo de vida que dá corpo ao que a *Carta Encíclica Laudato Si'* designa «*ecologia integral*» constrói-se nesta envolvente de pensamento.

Animada por um espírito positivo, de procura e de mudança, a «*ecologia integral*» está muito longe do espírito receoso quanto à possibilidade de alcançar o objetivo, incutido pelo princípio da responsabilidade, patente no «*Angelus dubiosus*», cuja importância, porém, à época, foi decisiva, porquanto inquietou e alertou para a dimensão da crise ecológica.

A revisitação da criatividade de Paul Klee e, em particular, a interpelação fecunda dos seus anjos, entes culturalmente reconhecidos como intermediários entre Deus e os homens e, por isso mesmo, nos elevam ao mesmo tempo que nos tiram do conforto rotineiro, conduziu-me ao «*Engel, noch tastend*» (Anjo, ainda tateante) imagem que, há uns anos a esta parte, me vem fascinando pelo que de positivo me sugere⁶.

O «*Engel, noch tastend*» é um anjo jovem, de rosto confiante, a aprender a andar. As asas descem-lhe junto ao corpo, não transmitindo, consequentemente, a ideia de que está a proteger alguma coisa, mas a atitude é positiva: encontra-se no escuro, mas não está parado, caminha. Caminha com passos curtos, tateando, também com as mãos, de ouvido à escuta e olhos abertos. E no caminhar está a aprendizagem, a busca da luz, a capacidade de se volver em anjo adulto, protetor.

Ora a *Carta Encíclica Laudato Si'* propõe-nos precisamente esta atitude de atenção, de aprendizagem do novo, de descoberta dos concretos comportamentos a tomar em cada momento para melhor «*cuidar da casa comum*». A *Carta Encíclica Laudato Si'* não define princípios, pede a cada um que seja intérprete criativo, mas prudente, da realidade; pede a cada um que use a inteligência e a coloque ao serviço do bem comum e siga sem desânimos, tateando, explorando, procurando a luz, construindo a ação a partir de múltiplos saberes, sem os descaracterizar, abrindo caminhos⁷.

Poderão os anjos de Paul Klee ajudar-nos nas respostas às questões que formulamos? Será o «*Engel, noch tastend*», pela inspiração, capaz de contribuir para o futuro sustentável que desejamos? Terá a arte o encanto de nos motivar a agir criativamente e de forma responsável à crise ecológica? ■

⁵ Rachel Carson, jornalista e bióloga marinha, foi quem primeiro detetou e divulgou esta realidade em «*Silent Spring*», Boston, 1962.

⁶ Ver «*O Lugar do Direito na Protecção do Ambiente*», já citado, p. 7.

⁷ Seguindo o ensinamento do poeta António Machado: «*Caminante no hay camino, se hace el camino al andar*».

SOLA SCRIPTURA:

ou como as palavras da *Bíblia King James*
ainda hoje marcam a língua inglesa

Luisa Leal de Faria



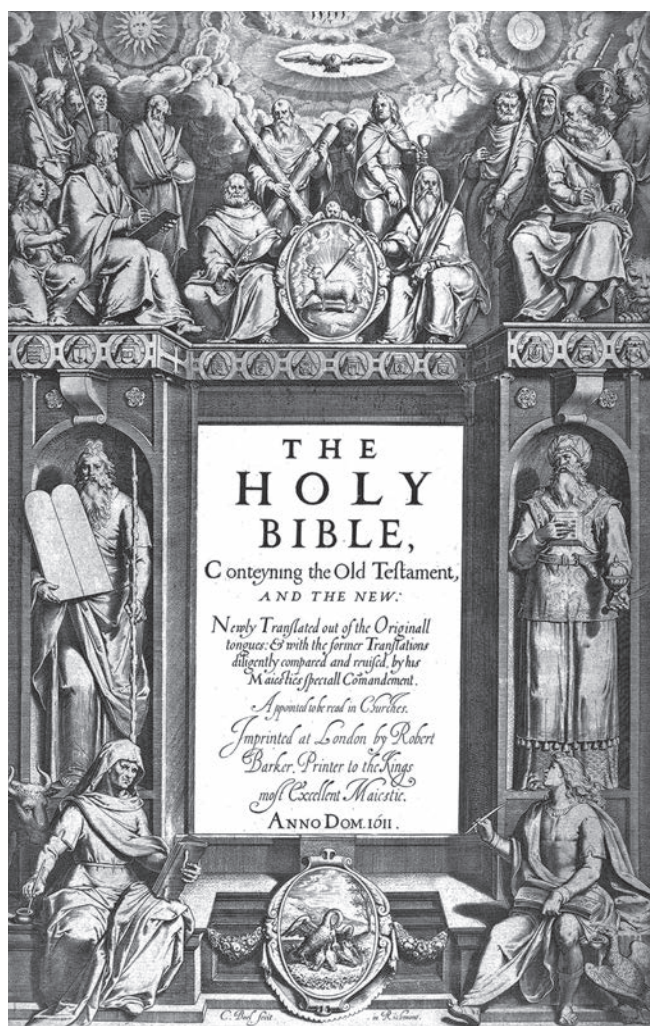
SÃO MATEUS

O princípio renascentista *ad fontes* acentuava a importância do estudo dos textos originais, tanto clássicos como bíblicos, e as traduções da Bíblia para as línguas vernáculas no período das Reformas contam-se entre os acontecimentos mais marcantes para a formação da Modernidade. A autoridade das Escrituras (*sola scriptura*) foi um princípio fundamental da Reforma de Lutero que se repercutiu noutros movimentos reformadores e contribuiu decisivamente para a expansão da

leitura da Bíblia. Se a tradução de Lutero continua a ser considerada a peça fundamental para a unificação da língua alemã e para a génese de um sentido moderno de nacionalidade, a tradução da Bíblia para inglês, na “versão autorizada” (*Authorized Version*) pelo rei Jaime I de Inglaterra, publicada pela primeira vez em 1611, continua presente em muitos traços da língua inglesa contemporânea. Numa época que parece marcada pela secularização, talvez olharmos para as estruturas profundas da língua nos permita reencontrar o passado no presente e reactivar a memória cultural que nos permite compreendermos quem somos, no nosso tempo.

Não obstante as numerosas adaptações desta versão, ou novas traduções para inglês dos textos bíblicos, até hoje a *Authorized Version*, ou *King James Bible*, conserva a aura de um original, singular e irrepetível, cujos traços continuam presentes na língua inglesa contemporânea. E talvez a melhor demonstração da perenidade deste texto, da sua importância cultural para lá dos aspectos doutrinários seja a extraordinária quantidade de comentários que tem suscitado ao longo do tempo, culminando em 2011, na comemoração dos 400 anos da primeira edição.

Esta breve reflexão não irá demorar-se a recordar as fontes usadas pelos tradutores convocados pelo rei, nem a comparar versões, nem a descrever as metodologias usadas pelos tradutores. Irá focar, principalmente, a ressonância desta versão ao longo dos séculos, até hoje. E, por isso, terá sobretudo um enfoque na Bíblia como texto literário, constitutivo de uma das duas principais tradições de representação literária da realidade na cultura europeia, como referiu Erich Auerbach na sua obra *Mimesis*: os textos de Homero, por um lado, e os textos do Antigo Testamento, por outro, representam, segundo ele, os dois tipos básicos e os dois estilos opostos de representação “que exerceram uma influência determinante sobre a representação da realidade na literatura europeia”.¹ E não será certamente por



Frontispício da *King James Bible*, 1611

¹ Erich Auerbach, *Mimesis: The Representation of Reality in European Literature*, translated by Willard R. Trask. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1968, p. 23. Todo o primeiro capítulo “Odysseu’s Scar” (“A cicatriz de Ulisses”) é um exercício de comparação entre os dois textos épicos: a *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero, e o *Antigo Testamento*.



SÃO LUCAS

acaso que a versão do Antigo Testamento usada por Auerbach é a King James, desde o primeiro exemplo de comparação do estilo homérico com o bíblico: a narrativa do sacrifício de Isaac.²

Mas uma contextualização sumária poderá ser útil para clarificar alguns dos aspectos que, porventura, poderão estar na origem da extraordinária persistência deste texto na literatura

e na língua inglesas. A versão autorizada não foi a primeira tradução da Bíblia para inglês. Não irei debruçar-me sobre a narrativa da construção canónica – quais os textos ou livros traduzidos anteriormente e integrados em diferentes versões da Bíblia: para tanto, recomendaria um ensaio de Frank Kermode intitulado “The Canon”, onde o próprio autor se confronta com as imensas dificuldades deste empreendimento³. Mas importa lembrar algumas traduções já empreendidas sob o signo da Reforma, deixando de lado várias versões medievais de alguns textos, designadamente a Bíblia de Wycliffe (do século XIV). A mais conhecida é a William Tyndale (c.1525-1526), que abrangeu o Novo Testamento e cerca de metade do Antigo e que se pensa ter sido inspirada pela tradução de Lutero do Novo Testamento para alemão. Terá usado textos em grego, compilados por Erasmo, afastando-se da *Vulgata*, que era a tradução autorizada pela igreja católica. A tradução de Tyndale está presente em muitos dos textos reunidos na *Great Bible*, a tradução autorizada por Henrique VIII em 1539, preparada por Myles Coverdale, sob a orientação de Thomas Cromwell.

No tempo da rainha Mary, com a restauração do catolicismo, um grupo de protestantes exilados em Genebra produziu uma nova tradução, conhecida como *Geneva Bible*. Foi esta a versão mais utilizada no reino de Isabel I, mas os elementos calvinistas das suas anotações não eram do agrado de Jaime I. Ao que parece, os traços de “republicanismo” que implicavam a redução ou anulação da hierarquia da igreja inquietavam o rei, que temia que a sua autoridade tivesse o mesmo destino. Daí a necessidade de uma nova tradução, decidida logo no início do reinado, na conferência de Hampton Court, em 1604, que visava também conciliar diferenças e conflitos entre as facções mais conservadoras da Church of England, com as facções puritanas mais radicais.

Entretanto, importa não esquecer que os católicos, exilados no continente na sequência dos vários episódios da reforma em Inglaterra, produziram também uma tradução da Bíblia para inglês, conhecida como *Douay-Rheims*, esta traduzida principalmente a partir da *Vulgata* (1582-1610). O texto estava fortemente impregnado de traços do latim, tornando a leitura difícil, pelo que, no século XVIII, foram empreendidas extensas revisões, por Richard Challoner, que em muitos passos tomou como base a versão King James. John Henry Newman, em 1859, num extenso comentário às várias traduções para inglês, setecentistas e oitocentistas, da Bíblia Católica, menciona aquela origem e refere-se-lhe como *The Protestant Bible*⁴.

Não será demais lembrar a importância de que se revestiram as traduções para as línguas vernáculas. Desde logo, a tradução de Lutero para alemão tem sido considerada a pedra fundamental para a unificação das línguas germânicas e a consequente construção da identidade nacional. O acesso directo aos textos sagrados foi, como todos sabemos, um aspecto fundamental das reformas protestantes. O desenvolvimento da imprensa, com o potencial multiplicador de exemplares a custo relativamente baixo, o formato em quarto ou em oitavo que possibilitava um manuseamento fácil, e a versão em língua vernácula, tornavam o texto bíblico acessível a um número crescente de cristãos. Se acrescentarmos à acessibilidade directa, não mediada pela pregação, o encorajamento da interpretação individual, melhor compreenderemos como era importante transmitir, em linguagem compreensível, os textos das escrituras – e como eram importantes os comentários à margem.

A questão da linguagem era, pois, fundamental. A palavra escolhida pelos tradutores para traduzir do hebraico, aramaico ou grego para língua vernácula foi frequentemente pomo de discórdia entre católicos e protestantes. É conhecida a polémica que, ainda no século XVI (1520), opôs Thomas More a Tyndale a propósito da tradução do Novo Testamento deste último. Em vez de *priest*, Tyndale usou a palavra *senior* e em vez de *church* usou *congregation*. Tyndale respondeu bem humoradamente a Thomas More, dizendo pragmaticamente que *senior* não era muito bom inglês, embora *senior* e *junior* fossem termos usados na universidade; ainda assim, tinha expiado o erro que More lhe apontara, passando a usar nos seus textos a palavra *elder*, em vez de *senior*⁵. Mas mais conhecida ficou a diferença de opinião sobre a tradução de *agape* em I Coríntios 13, que Tyndale traduziu por *love*, em vez de *charity*, como a *Vulgata* indicava, segundo Thomas More. Em finais do século XVI

² “The King James version translates the opening as follows (Genesis 22:1): “And it came to pass after these things, that God did tempt Abraham, and said to him, Abraham! And he said, Behold, here I am.” P. 8.

³ Frank Kermode, “The Canon”, in *The Literary Guide to the Bible*, edited by Robert Alter and Frank Kermode, Cambridge, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press, 1994, pp. 600-610.

⁴ John Henry Newman, “The Text of the Rheims and Douay Version of the Holy Scripture, *The Rambler*, vol. I, New Series, Part II, July 1859, p. 151.

⁵ Gerald Hammond, “English Translations of the Bible”, in *The Literary Guide to the Bible*, edited by Robert Alter and Frank Kermode, Cambridge, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press, 1990, p. 651.

era *charity* a palavra usada, e foi essa que a *Authorized Version* adoptou. No entanto, em versões ou traduções mais recentes, veio a prevalecer a versão de Tyndale, e actualmente é a palavra *love* que é usada.

Gerald Hammond, a minha fonte para estas referências, comenta que este tipo de polémica, como a que existiu entre Tyndale e More, demonstra que os tradutores da Bíblia na época da Reforma não procuravam defender as suas versões como divinamente inspiradas⁶. E lembra, também, as dificuldades que os tradutores sempre enfrentam ao procurar conciliar a erudição e a tradução, a fidelidade semântica e a qualidade literária, lembrando igualmente como os significados variam em contextos culturais diferentes. O caso extraordinário da *Authorized Version* reside, em parte, no facto de ser uma tradução conservadora, mesmo para os padrões linguísticos do princípio do século XVII e, não obstante, ter alcançado uma qualidade literária que continua a ser reconhecida. O uso de arcaísmos, repetições, frases que contrariavam a gramática recomendada – como frases começadas com “e” (*and*) – e outros traços retóricos e estilísticos criam, página a página, um sentimento ao mesmo tempo de estranheza e de reconhecimento que é marca singular de algumas obras literárias.

Harold Bloom comenta, em *The Western Canon*, que uma marca de originalidade que pode conquistar estatuto canónico para uma obra literária é uma estranheza (*strangeness*) que nunca podemos assimilar completamente, ou que se transforma num dado de facto tal, que ficamos cegos quanto às suas idiosincrasias⁷. A Bíblia é, obviamente, o livro canónico por excelência. Mas no cânone literário de que Bloom falava – cujo centro era Shakespeare – nem todas as versões da Bíblia teriam lugar. Embora não a discuta directamente como parte do cânone ocidental no corpo do livro, Bloom acrescenta um apêndice onde inclui uma lista de traduções de obras “religiosas, filosóficas, históricas e científicas que são, em si mesmas, de grande interesse estético”⁸. Começa com cinco obras do próximo oriente antigo, e nelas inclui *The Holy Bible, Authorized King James Version*.

Quais terão sido as condições para escrita desta obra que, em conjunto, proporcionaram estes traços de durabilidade? Christopher Hitchens, ao fazer a revisão crítica de um livro de Adam Nicholson (2003) sobre a elaboração da tradução da *King James Bible*, começa por comentar que um camelo é um cavalo desenhado por uma comissão. Mas continua dizendo que

a “*Authorized Version* é o produto de um dos mais intensos trabalhos em comissão de todos os tempos e que os seus efeitos na nossa literatura vernácula são provavelmente tão profundos e duradouros como os do seu quase contemporâneo, o canon do próprio William Shakespeare”⁹.

Também o colunista Charles McGrath publicou no *New York Times* de 23 de Abril de 2011 um texto intitulado “Why the King James Bible Endures”. E começa logo com a resposta: “A Bíblia King James é provavelmente a melhor obra jamais feita por uma comissão”¹⁰. E acrescenta pouco depois: “não tem nada de insípido; é uma das grandes obras primas da prosa inglesa”. E talvez se deva começar por aqui: a *Authorized Version* não foi obra de um só tradutor, mas de 54 académicos e sacerdotes, que se encontraram ao longo de sete anos, em seis subcomissões de nove membros, chamadas “companhias”.

Terá havido discordância, discussão, dificuldade em chegar a acordo – sem dúvida. O trabalho das seis companhias foi sujeito a revisão por um comité geral, que trabalhou durante dois anos. A obra começada em 1604 só ficou concluída em 1611. Mas o resultado perdura, talvez em consequência de várias opções estilísticas que examinarei brevemente mais adiante. Importa, neste momento, sublinhar o facto de inúmeras novas traduções para inglês terem sido empreendidas nos séculos posteriores, com fito de actualizar a linguagem bíblica, mas nenhuma ter conseguido superar a magia da tradução de 1611. Um dos exemplos mais significativos poderá ser a tradução do Novo Testamento, para a *New English Bible*, empreendida também por uma comissão de “scholars” em 1960, que deu origem a uma severa crítica de um dos mais importantes críticos literários do século XX, T. S. Eliot.

As palavras de Eliot não deixam margem para dúvidas: “A época dos reinados de Isabel I e de Jaime I foi mais rica em escritores de génio do que é a nossa, e não deveríamos esperar que uma tradução feita no nosso tempo fosse uma obra prima da nossa literatura, ou, como foi a *Authorized Version* de 1611, um exemplar de prosa inglesa para sucessivas gerações de escritores”. E continua dizendo que, não obstante, seria de esperar que um painel escolhido entre os mais distintos “scholars” do presente produzisse pelo menos uma obra de mediocridade



SÃO MARCOS

⁶ Idem.

⁷ “One mark of an originality that can win canonical status for a literary work is a strangeness that we can either never altogether assimilate, or that becomes such a given that we are blinded to its idiosyncrasies”. Harold Bloom, *The Western Canon: The Books and School of the Ages*, New York, Harcourt Brace & Company, 1994, p.4.

⁸ Idem, p. 531.

⁹ Christopher Hitchens, “Blessed Are the Phrasemakers”, *The New York Times*, 18th May 2003. Recensão crítica da obra de Adam Nicholson *God’s Secretaries: The Making of the King James Bible*.

¹⁰ Charles McGrath, “Why the King James Bible Endures”, *New York Times*, 23 April 2011: The King James Bible, which was first published 400 years ago next month, may be the single best thing ever accomplished by a committee.”



SÃO JOÃO

digna. Mas o resultado, diz Eliot, foi uma surpreendente combinação de vulgaridade, trivialidade e pedantismo. Na análise crítica que faz a seguir, é sempre a *Authorized Version* que constitui a medida de referência para a resposta à pergunta: “o que está a acontecer com a língua inglesa?”¹¹.

Que tipo de escolhas foi então feito pela comissão de tradução da Bíblia King James? Manter certas expressões

arcaicas, que já tinham caído em desuso no princípio do século XVII, como “yea, verily”. Segundo Charles McGrath, os tradutores não queriam que a linguagem soasse demasiado contemporânea, porque o contemporâneo se desatualiza rapidamente. Escrevendo na época de Shakespeare, o ritmo e a musicalidade dos pentâmetros jâmbicos impregnam a escrita. O efeito de estranheza que marca a grande obra literária decorre também da pontuação, do uso inesperado de certos pronomes (“Our Father, which art in Heaven”), verbos acabados com o arcaico “eth”: “In the morning it flourisheth and groweth up; in the evening it is cut downe, and withereth”. O efeito é de estranheza, mas ao mesmo tempo o inglês é perfeitamente reconhecível, com cadências presentes ainda nos “discursos de Lincoln, na poesia de Witman, nos romances de Cormac McCarthy”, como refere McGrath – mas também numa sequência interminável de poetas e romancistas de língua inglesa até hoje.

E, no entanto, entre as inúmeras vozes que têm publicado nos últimos anos comentários sobre a permanência da *Authorized Version* na língua inglesa, e que têm acentuado a sua superioridade como texto literário face a inúmeras outras versões, a voz autorizada de David Crystal veio moderar os ímpetos de atribuições exageradas da fonte seiscentista no inglês contemporâneo. No ano do quarto centenário, entre as inúmeras comemorações que mencionei no início desta comunicação, Crystal publicou um livro com o título *Begat: The King James Bible and the English Language*, onde procurou determinar ao certo quantas expressões da Bíblia King James perduram ainda na língua inglesa. Numa conferência proferida em 2011 – a London Newman Lecture – o próprio Crystal recordou uma afirmação que fizera em 2004, no seu livro *The Stories of English*:

“The King James Bible – either directly, from its own translators, or indirectly, as a glass through which we can see its predecessors – has contributed far more to English in the way of idiomatic or quasi-proverbial expressions than any other literary source.”¹²

Mas decidiu depois conferir e quantificar esta afirmação. Na obra de 2011, afirma então que fez duas descobertas. A primeira, que essas expressões são apenas 257. A segunda, que muitas delas não são originárias, de facto, da tradução King James, mas antes das versões produzidas nos 130 anos anteriores: a tradução de Wycliffe (1388), a de Tyndale (1526-30), a *Bishop's Bible* (1568), a *Geneva Bible* (1560) e a *Douai-Rheims* (1582. 1609-10). Mais ainda: só 18 expressões seriam estilisticamente únicas na tradução King James:

“East of Eden, know for a certainty, how are the mighty fallen, a still small voice, the root of the matter, to every thing there is a season, much study is wearisome of the flesh, beat their swords into plowshares, set thine [your] house in order, be horribly afraid, lay up for yourselves treasures in heaven, get thee behind me, suffer little children, no small stir, turned the world upside down, a thorn in the flesh, unto the pure all things are pure, let us now praise famous men.”

Muitas outras expressões encontradas na KJB tiveram origem em traduções anteriores e continuam presentes no inglês contemporâneo. Foram absorvidas por este texto, que as popularizou e que foi o veículo mais eficaz para a sua disseminação ao longo dos séculos. Como refere também David Crystal, expressões da Bíblia KJ continuam a aparecer literalmente ou humoristicamente em trabalhos tão díspares como a física nuclear, casos em tribunal, *sitcoms* televisivos, livros de receitas, letras de *punk rock*, jogos de vídeo, e continuam a ser adaptadas imaginativamente a novos contextos:

“Am I my Lehman Brothers keeper?” “Bush is the fly in Blair's ointment”. The Sun says Aston Villa “refused to give up the ghost”. Wendy Richard calls her EastEnders character Pauline Fowler “the salt of the earth”. The England cricket coach tells reporters, “You can't put words in my mouth.” Daily Mirror fashion pages call Tilda Swinton “a law unto herself”.

Estas expressões não são conscientemente citadas, nem a sua origem na Bíblia é reconhecida na linguagem comum. Mas estão aqui, estão em uso, e são a demonstração da força de um texto que percorreu quatrocentos anos de história, em que, nesse percurso, repercutiu o poder das ideias e a capacidade de as expressar na língua que é, afinal, também a língua da globalização: o inglês. ■

¹¹ T. S. Eliot, *Sunday Telegraph*, nº 98 (16th December 1962), p. 7 e segs.

¹² David Crystal, “The influence of the Bible on the English language”. The 2011 London Newman Lecture given by Professor David Crystal, Honorary

Professor of Linguistics at the University of Bangor – given at the St. Albans Centre, Holborn, London (10.3.11).

«PONTES» DE HONRA

Jorge M. Martins*

O binómio «responsabilidade/honra» foi proposto, por quem dirige este Boletim, como tema inspirador do presente número. Homenageando tal intenção, abra-se aqui um livro recente, capaz de convidar os mais responsáveis a assumirem, como ponto de honra, que o diálogo ainda pode ser «ponte» entre pessoas, organizações e culturas.

Em 20 de Outubro de 2017, o sociólogo francês Dominique Wolton esteve em Lisboa a apresentar a sua última obra: *Politique et Société*. Trata-se de um trabalho invulgar, resultante de doze entrevistas realizadas no Vaticano, ao longo do ano de 2016, com o próprio Papa Francisco.

Os meios universitários não esconderam surpresa face a esta nova proposta do conhecido professor de comunicação, cujos trabalhos merecem estudo atento. Autor de numerosas obras traduzidas em vinte línguas, o seu *Penser la Communication* de 1997 tornou-se um clássico, como balanço de décadas de docência e investigação sobre jornalismo e televisão, mediações tecnológicas e democracia, cultura e política.

A «comunicação» passa por ser um dos mais sedutores símbolos do século XX, embora sejam tantas as promessas quantas as ameaças que tal símbolo encerra. Por um lado, anuncia sempre novas «redes» indutoras de mudança individual e coletiva; mas, por outro, em vez do esperado reforço dos «laços» sociais, parece avivar desigualdades e agravar solidões.

Criador da provocatória expressão «sociedade individualista de massas», Wolton já verificava, nesse balanço de 97, que os «laços» sociais primários (família, escola, bairro, profissão, religião, entre outros), organizadores do espaço simbólico nas antigas sociedades, estavam a dar lugar a novas antinomias, como a da afirmação de «direitos», a par da recusa de «deveres», códigos e regras.

Curiosamente, à mesma época, o respeitado sociólogo das organizações Erhard Friedberg também denunciava, em *Le Pouvoir et la Règle*, o «carácter utópico e irrealizável do velho sonho da regulação automática e impessoal das relações humanas», sublinhando que «não existe ação coletiva minimamente durável que não produza um mínimo de organização».

Não admira que, já nesses anos noventa, Dominique Wolton apresentasse esta conclusão: uma vez que «as sociedades modernas e democráticas estão condenadas à comunicação», então «é necessário, para salvar a dimensão humana da comunicação, diferenciar, distinguir, reintroduzir tempo e intermediários». Ou, dito de outro modo, para melhor comunicar, há que reforçar as identidades, recuperar o tempo e respeitar regras, pois o desafio essencial é o «da coesão social e não o da afirmação dos direitos individuais».

Não admira que, vinte anos depois, Wolton se preocupe com o império tecnológico e económico, financeiro e político dos GAFAs (Google, Apple, Facebook, Amazon e outros) que, deixando a cada pes-

soa a ilusão de liberdade, acabam por desvalorizar a comunicação humana, ao controlá-la tecnicamente. «A teoria da comunicação que eu defendo há anos» – escreve o sociólogo, nesta obra de 2017 – «é uma teoria humanista e política, não técnica e económica». E acrescenta: «o mais importante é o homem, o diálogo, não as técnicas».

Não admira, portanto, que Wolton vá entrevistar o Papa Francisco, ao descobrir como ambos desejam «favorecer o diálogo, des-tecnicizar a comunicação para reencontrar os valores humanistas» e, assim, «privilegiar o homem face à técnica», como se lê na introdução da obra. Por isso o sociólogo, sem deixar de reconhecer neste homem da Igreja «uma das personalidades intelectuais e religiosas mais excepcionais do mundo», não resiste a sublinhar que, afinal, partilham «uma «filosofia comum da comunicação».

Após a introdução, a obra inclui oito importantes capítulos: paz e guerra; religião e políticas; Europa e diversidade cultural; cultura e comunicação; alteridade, tempo e alegria; misericórdia; tradição; destino. A maior parte de cada capítulo resulta da transcrição do material recolhido ao longo das entrevistas, mas encerra sempre com excertos de alguns dos discursos do Papa Francisco, desde que foi eleito em 13 de Março de 2013.

Neste livro de 2017, Dominique Wolton permite-nos ouvir o Papa Francisco a insistir no tema das pontes. Por exemplo, logo no primeiro capítulo, o sucessor de Pedro não hesita em afirmar que, hoje em dia, «evangelizar não é fazer proselitismo» porque «o proselitismo destrói a unidade» e, no fundo, no fundo, «não é muito católico» ... Por isso, o Papa conclui que «a Igreja deve servir em política lançando pontes», devendo ser esse «o seu papel diplomático». E no capítulo seguinte, o Papa volta a recomendar, aos líderes verdadeiramente responsáveis, que não temam assumir, como ponto de honra do seu agir, esta máxima: «o diálogo é a grande ponte entre culturas».

A encerrar o terceiro capítulo, diz o Papa: «Quando dou a mão a alguém, estou a lançar uma ponte. Quando olho o outro e me interesso por ele, começo a construir uma ponte». No quinto capítulo, acrescenta: «Em comunicação, devemos reencontrar os gestos primordiais. Os gestos, as palavras primordiais da comunicação. E, a partir daqui, reconstruir a comunicação asséptica, farmacológica, laboratorial, unicamente técnica, sem vida». E concretiza, mais adiante: «A Igreja comunica melhor quando o faz com os pobres, os doentes... Aí, está no caminho das Bem-aventuranças».

Porém, lá para o fim destas tão estimulantes entrevistas, o Papa Francisco avisa, com desarmante modéstia: «Eu não procuro falar como professor, mas como pastor». ■



* Doutoramento em Sociologia da Comunicação e da Cultura pelo ISCTE, foi professor universitário e consultor de empresas, membro da Comissão Nacional da UNESCO e presidente do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

TRÊS PERGUNTAS DE ALGIBEIRA SOBRE *EX-LIBRIS*

Responde Vitor Amaral de Oliveira*

1) “*Ex-libris*”, para além da tradução da expressão latina, significa exactamente o quê?

“*Ex libris*” é a expressão latina que se traduz por *dos livros*, o que não parece ser de difícil compreensão. Esta designação, contudo, não esgota a função primordial que é a da marca de posse. Tem, por isso, forçosamente que fazer-se acompanhar com o nome ou as iniciais do possuidor do livro na vinheta, para completar o seu significado operativo e total: *dos livros de*. Se assim não for, não pode qualquer pedaço de papel com uma gravura ou uma frase que intencionalmente se coloque no livro chamar-se *ex-libris*.

Desta definição se infere também que é rematado disparate dizer-se que a Torre de Belém ou a Torre Eiffel são os *ex-libris* de Lisboa ou de Paris, ou que o vinho do Porto é o *ex-libris* de Portugal, pois a função implícita da etiqueta e da expressão nela inscrita não correspondem, neste caso, nem ao sujeito nem ao objecto. Todavia, está cada vez mais impropriamente divulgado este uso indevido, o que desencadeia a ira dos *ex-libristas*.

Com o tempo, a expressão foi-se universalizando e divulgando nas diversas línguas, já com o hífen, substantivada e denominando a própria vinheta. Os ingleses também lhe dão o nome de *bookplate*, os alemães, *buchzeichen*, os holandeses, *boekmerken*, mas a função e a exclusividade de utilização no livro mantêm-se rigorosamente.

Sendo que a roupagem final do livro é a encadernação, a posição de colagem do *ex-libris* é o verso da pasta da frente, embora apareçam alguns *ex-libris* colados na folha de guarda, muitas vezes porque o espaço da capa está ocupado por outras marcas de antigos possuidores. E, neste sentido, a utilização destes testemunhos é um meio eficaz de seguir a trajectória do livro, quando o possuidor não “arranca” o seu *ex-libris* do exemplar de que eventualmente queira desapossar-se sem deixar rasto. Marginalmente, mas com o mesmo interesse de rastreio da vida do livro, marcas de posse manuscritas como “Este livro he de...” e logo a seguir “Já não he, agora he de...”, várias assinaturas, dedicatórias, ou outras informações como o local onde foi comprado e o preço, são informações preciosas que deleitam o bibliófilo, sobretudo quando é possível determinar que o exemplar foi pertença do próprio autor.

2) Quais os “ditames” a que deve obedecer o desenho de um *ex-libris*?

Para além da regra rigorosa e exclusiva enunciada atrás, o *ex-libris* pode conter uma frase, um aforismo, um lema, uma citação breve. Este aspecto tem a ver com o que o *ex-libris* representa, já não para a determinação da posse do livro – o que é essencial – mas para o seu possuidor, que, deste modo, revela (se revela) na sua idiossincrasia de leitor, de bibliófilo, de coleccionador, de pessoa.

Muitos bibliófilos assim preferem representar o seu *ex-libris*. O mais notável, por aquilo que significa da sua função e do seu amor aos livros e a Portugal é a frase de D. Manuel II, malogrado rei e ilustre bibliófilo, que inscreve no seu *ex-libris* o lema “Depois de vós, nós”.

Mas outras expressões reflectem a personalidade dos proprietários, quer sejam da sua autoria, quer sejam aproveitamento de frases inseridas num contexto gráfico já existente, como ilustram



* Docente da Faculdade de Ciências Humanas da UCP. Bibliófilo.

as imagens reproduzidas, ou citações, a maior parte das vezes em latim, embora não exclusivamente:

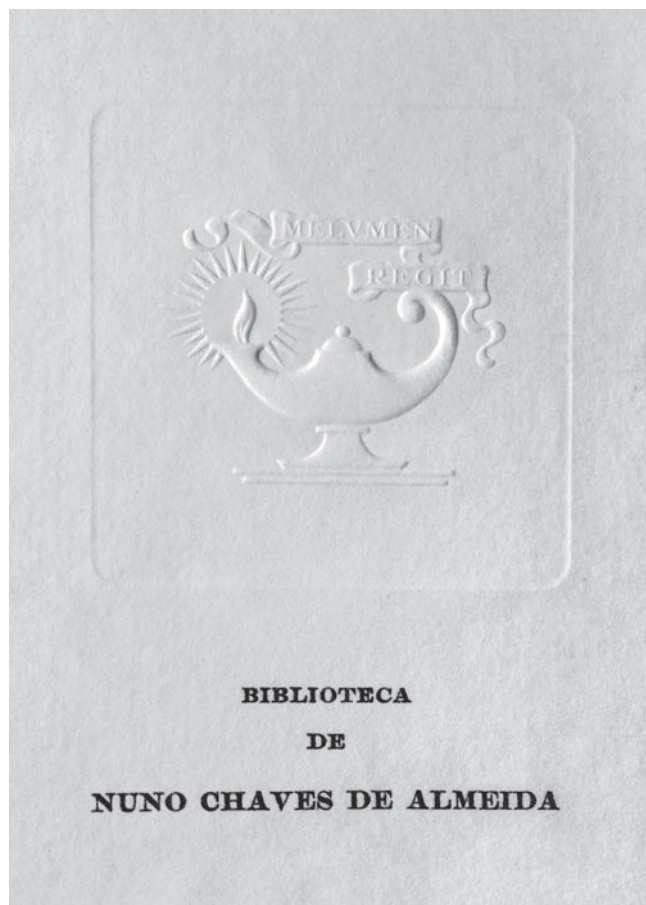
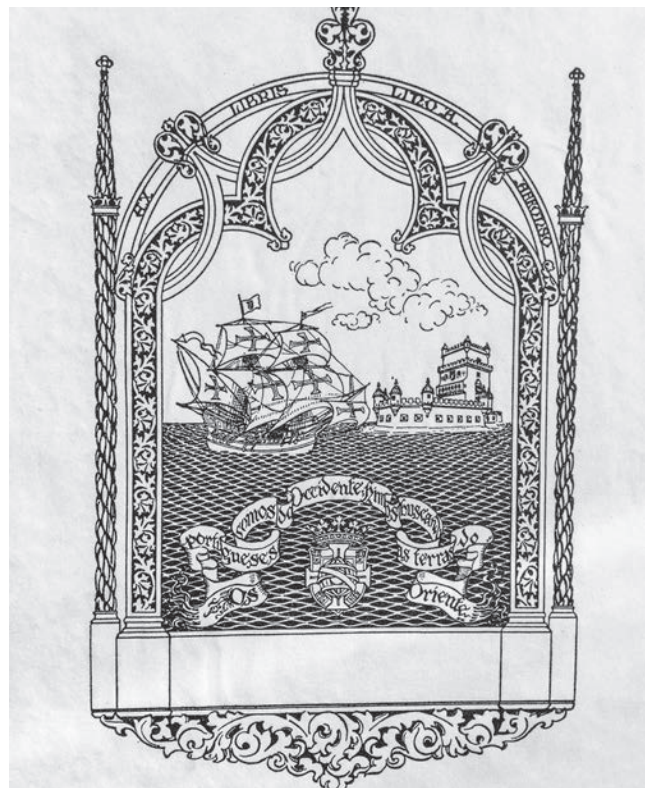
Il piu bel fior ne coglie, lema da Accademia della Crusca, em *ex-libris* de Claude Maffre;

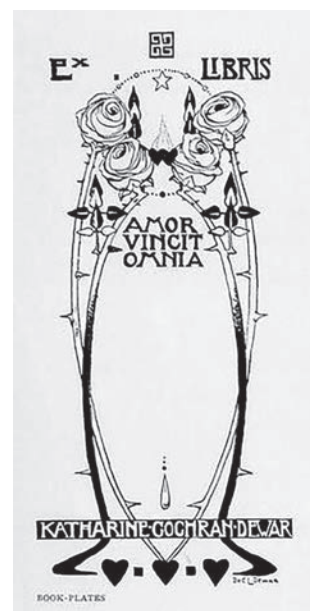
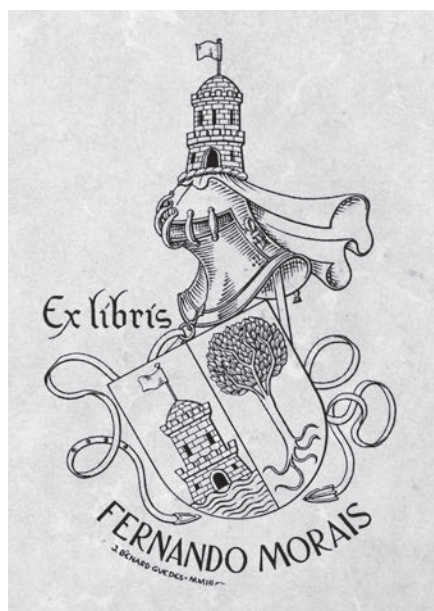
Portugueses somos do Ocidente, imos buscando as terras do Oriente, Canto I, 50 de *Os Lusíadas*, da Camoniana de Lino A.(ntónio) Affonso;

Per me quod eritque, fuitque, estque patet, do Livro I das *Metamorfoses*, de Ovídio, numa gravura francesa de cólofon em livro do século XVII, *ex-libris* de Vitor Oliveira;

Me lumen regit, num belo *ex-libris* em relevo da “Biblioteca” de Nuno Chaves de Almeida.

De igual modo a gravura ou desenho que pode acompanhar as inscrições obrigatórias e outras representa também algo do carácter do possuidor. Muitas vezes se encomenda a algum artista o desenho de um *ex-libris*. Este, a partir dos dados fornecidos pelo dono dos livros, tenta plasmá-los em gravura que resume a personalidade, os gostos, as actividades do bibliófilo. Há igualmente *ex-libris* ilustrados com o brasão do proprietário, no caso de este poder ostentá-lo, ou se a sua casa tiver uma





livraria de família. Exemplos acima de Fernando Morais e M. F. A. (Manuel Freire de Andrade).

De acordo com a composição que apresentam, independentemente do livro onde estejam colados e aplicando-se a todos os livros da mesma biblioteca, podem dividir-se em grupos: heráldicos, paisagísticos, simbólicos, eclesiásticos, eróticos, humorísticos, ou referindo a colecção ou temática de livros para os quais foram expressamente executados, também se reúnem por assuntos: tauromaquia, sebástica, camoniana.

Nesse sentido, o final do século XIX e o início do século XX, transformam o *ex-libris* num objecto de culto e de cupidez colecionista e há exemplares magníficos de grande refinamento artístico, onde a Arte Nova encontrou um meio excepcional de expressão.

3) Quando apareceram na História os *ex-libris*?

É difícil determinar a origem exacta do *ex-libris*, embora a necessidade de marcar a posse surja praticamente desde que há um elemento com escrita e imagem uniformemente reunidos com uma característica própria e definida, a que hoje damos o nome generalizado de livro. Na Idade Média, os exemplares pessoais iluminados tinham quase obrigatoriamente por “dever” ostentar a reprodução do proprietário/encomendador. Mudando a natureza do livro que, com os tipos móveis, permitia reproduções, a marca de posse teve de se plasmar de diferentes maneiras. Como Gutenberg foi o pai dos caracteres móveis, não é de estranhar que seja a Alemanha o berço da marca de posse. E por isso apareceram esses quadrados ou rectângulos, gravados e decorados, colados ou impressos directamente no livro para assinalar a propriedade e o orgulho do seu possui-

dor. Foi pois durante o Renascimento que o emprego do *ex-libris*, ainda não bem como hoje o definimos e conhecemos, se estabeleceu. Todavia, uma simples tarjeta com o nome do possuidor (pessoa ou instituição), ou - aquilo que repugna a um verdadeiro bibliófilo - a assinatura a tinta, verdadeiro crime contra o objecto de culto, podem servir para identificar o possuidor, mas não se inscrevem na categoria dos *ex-libris*. De igual modo, um pedacinho de papel com um brasão, um desenho original, mesmo que acompanhados do nome, não se pode aceitar na família *ex-libristica*.

No entanto, e aos historiadores do *ex-libris* não repugna aceitá-los como tal, há exemplares primordiais, que, embora não contendo a expressão requerida, aplicados aos livros ou à





biblioteca dos seus possuidores, pretendiam marcar a sua posse na livraria dos destinatários. Estão neste caso os livros oferecidos por frei Hildebrand Brandenburg, de Biberach, ao mosteiro cartuxo de Buxheim, cerca de 1480, onde está aposta a gravura que atesta a ligação do monge doador aos livros entregues.

Dürer fez expressamente duas gravuras que aparecem em dois livros para marcar a autoria, *Liber Bilibaldi Pirckheimer*, e *Liber Hieronymus Ebner*, ambos de 1516. Estima-se que terá efectuado pelo menos vinte gravuras para *ex-libris*. Mas igualmente Lucas Cranach e Hans Holbein, entre outros menos conhecidos, não desdenharam esta forma de arte.

Em França, há um indubitável primeiro exemplar integrável na ex-libristica, com uma intenção expressa de marca de posse de Charles d'Alboise d'Autun, e datado. De autoria de Richard Pynson, tem inscrito: *Ex Bibliotheca Caroli Alboisii Eduensis, 1574*.

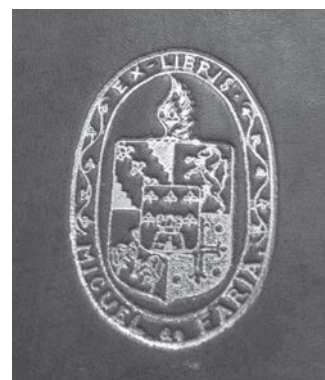
De início reservados a ricos bibliófilos ou instituições, com a maior difusão do livro nos séculos XVII e XVIII e com a dispersão das grandes bibliotecas privadas depois da Revolução Francesa, uma parte da nova burguesia adquiriu o gosto de imitar o hábito dos anteriores possuidores e o *ex-libris* ganhou em valor estético e artístico e o uso de vinhetas móveis vulgarizou-se, chegando até aos nossos dias, em que, infelizmente, muitos dos *ex-libris* que circulam entre os amadores ex-libristas, nunca viram um livro, tornando-se assim objectos de culto e de arte colecionável, escapando deste modo à sua função primordial.

Há, por isso, em todo o mundo diversas associações dedicadas ao estudo e colecionismo destas etiquetas que apaixonam especialistas e leigos pelo prazer estético que proporcionam e pela cópia de informações para o estudo da gravura, dos costumes, da bibliografia, da heráldica. Em Portugal, existe desde 1952, fundada em 12 de Novembro, a *Academia Portuguesa de*

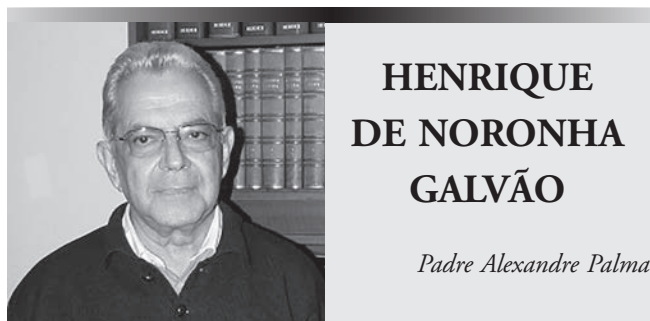
Ex-Libris (R. do Jasmim, 14), que tem feito sair regularmente um *Boletim* e possui uma vasta bibliografia de *Opúsculos* sobre *ex-libris* e heráldica que foi publicando ao longo dos anos.

A “algibeira” não perguntou, mas cabe aqui referir outro tipo que se pode incluir nesta curta digressão sobre marcas de posse: o *super libros*, que aparece muitas vezes associado ao *ex-libris*. Gravado no momento da encadernação directamente na pasta da frente, a seco ou a ouro, é usualmente um brasão de armas e afirma deste modo visivelmente a propriedade do seu possuidor. Leite de Vasconcelos achava mais apropriado chamar-lhes *ex-libris exteriores*, mas a designação que se mantém com a mesma função é a primeira. Não é a forma de colecção mais difundida, visto que a marca de posse não existe sem o livro, tornando assim mais rara e difícil a sua aquisição.

As duas figuras seguintes são exemplos deste grupo, sendo a segunda imagem reprodução do *ex-libris* de Miguel de Faria, aplicado como *super libros*, e bem se pode dizer que a sua colocação neste livro representa a expressão máxima da utilização do *ex-libris*, já que igual marca de posse em papel se encontra colada no verso da capa, no sítio habitual. ■



RECORDAR



Henrique de Noronha Galvão, dedicado docente da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa: 11/6/1937 – 24/10/2017), fez os seus estudos nos seminários do Patriarcado de Lisboa e foi ordenado presbítero a 23/10/1960. Até 1969 leccionou no Seminário Lical de Penafirme, tendo ainda frequentado o curso de Filosofia no Instituto Superior de Cultura Religiosa (Lisboa). A partir de 1969/70 iniciou estudos de Teologia Católica na Universidade de Regensburg (Alemanha), na qual foi aceite como doutorando em Dogmática do Prof. Joseph Ratzinger. Frequentou, ainda, a Universidade de Munique durante os anos lectivos 1971-1973. Em Julho de 1979, concluiu o doutoramento, com a dissertação: *Die existentielle Gotteserkenntnis bei Augustin. Eine hermeneutische Lektüre der Confessiones (Einsiedeln 1981)*. Desde 1978, leccionou na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, onde desempenhou vários cargos de coordenação, tendo-se jubulado em 2008.

A projecção internacional do seu trabalho teológico é, com certeza, um dos aspectos distintivos da biografia do Prof. Noronha Galvão. O seu percurso ficou intimamente associado à sua prolongada presença na Comissão Teológica Internacional (1986-2002), bem como à redacção portuguesa da Revista

Internacional Católica *Communio* (da qual foi membro fundador e, desde 1989, director) e à sua participação no Schülerkreis de alunos de J. Ratzinger.

Embora formado num período em que a teologia se fazia em termos predominantemente especulativos, o Prof. Noronha Galvão assumiu de forma entusiasmada a «nova» metodologia (então nomeada como «Nouvelle Théologie») que vinha sendo proposta e desenvolvida pelos vários movimentos que dinamizaram a teologia no passado século XX. Preocupações como a de uma refontalização do discurso teológico nos grandes tesouros da Tradição cristã eram claramente perceptíveis tanto na sua actividade docente e de investigação: primeiro, procurava um aprofundamento bíblico da matéria em causa; segundo, introduzia o estudo no complexo universo teológico e eclesial do período patrístico, onde, em virtude das matérias a que mais se dedicou («Mistério de Deus» e «Cristologia») assumiam singular proeminência a história dos dogmas e, nesta, os pronunciamentos dos concílios da Antiguidade; terceiro, abria a exposição para alguns desenvolvimentos contemporâneos e para a necessidade de se buscar um discurso teológico capaz de dialogar com as inquietações humanas deste novo tempo. Este itinerário reflexivo era sempre estimulado pela notável cultura geral e teológica do Prof. Noronha Galvão, onde sempre se sentia a marca nele deixada pelos seus grandes mestres: o filósofo Pe. Honorato Rosa, com quem se cruzou na iniciação aos estudos filosóficos e teológicos; o teólogo J. Ratzinger (Bento XVI), seu Doktorvater e amigo; e S. Agostinho, seu grande campo de estudo e do qual se tornou um notável especialista.

[texto adaptado de: A. Palma, «O Mistério de Deus no mistério da vida: Esboço biobibliográfico do Prof. Doutor Henrique de Noronha Galvão», in *Didaskalia* 38/2 (2008) 21-38].



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

Cinquenta anos de uma instituição acabados de fazer dificilmente permitem um resumo da sua história que lhes faça justiça inteira. Meio século tão chegado a nós, vivido desde o início por tantos ainda “no ativo”, torna tudo ainda suficientemente próximo para tudo nos parecer igualmente

importante, criativo, mobilizador. Mas mesmo à luz encomiástica de todos os jubileus, é com a mais sóbria das verdades que podemos afirmar, volvido esse diligente – e resiliente – meio século, que a UCP tem história que baste para iluminar uma rota que sempre se quis original e um cabedal de saberes à

altura das exigências e das interrogações que se acumulam no horizonte do futuro que nos espera. Tolentino de Mendonça, seu actual vice-reitor, traça assim o seu retrato¹:

“Há 50 anos nascia a Universidade Católica Portuguesa (UCP). Não é estranho que a Igreja Católica tivesse uma presença organizada no ensino superior em Portugal, pois ela tem uma história secular de serviço no campo da educação e com excelentes provas dadas. E a 13 de Outubro de 1967, numa voluntária coincidência com o primeiro cinquentenário de Fátima, era assinado em Roma o Decreto canónico *Lusitanorum nobilissima gens*, que instituiu a UCP como grande obra da Igreja na sua missão de promoção do conhecimento científico, de formação integral da pessoa e comprometimento no diálogo com o mundo. Pretendia-se criar não apenas uma unidade de excelência, mas um núcleo académico onde, no respeito pelos padrões de liberdade científica, a universidade pudesse estar à altura da vocação humanista que está no ADN cristão. E a

verdade é que ao longo destas cinco décadas, a Católica tem-se destacado como instituição qualificada, credível e inovadora.” Com quatro núcleos – Braga, Porto, Viseu e Lisboa – distribuídos pelo país “Está na vanguarda da excelência nos modelos de ensino e aprendizagem, trabalhando numa relação académica de proximidade. Aposta numa investigação original e de ponta. Procura em tudo ultrapassar a lógica dos muros, num esforço para ser – como ainda recentemente lhe pediu o Papa Francisco – uma universidade socialmente inclusiva e com um compromisso explícito de serviço à grandes causas humanas”.

Estas não são palavras de soberba ou vaidade. São de alegria. Daquela alegria muito genuína e calorosa que é: “Aquela alegria de buscar a verdade, de que Santo Agostinho falava, e que, naturalmente, se prolonga na alegria por descobrir e comunicar nos diversos âmbitos do saber”.

E, que se saiba, Alegria não é pecado! É antes o sabor primeiro das festas e a UCP está em festa!

¹ In Crónica na Revista EXPRESSO de 3.02.2018.

AUDIÊNCIA DO PAPA FRANCISCO À UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A 26 de Outubro de 2017, ainda dentro das celebrações do Cinquentenário da Universidade Católica Portuguesa, foi recebida em audiência pelo Santo Padre Francisco, uma delegação de representantes da UCP que incluía, para além do Magnó-Chanceler, o Reitorado, professores, alunos e colaboradores mais diretos.

Só podendo reproduzir aqui, por falta de espaço, uma pequena amostra do que foi dito nas três alocuções – do Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Clemente, da Professora Doutora Isabel Capelo Gil, Magnífica Reitora e de Sua Santidade o Papa – decidi citar apenas algumas das palavras do Santo Padre, dando-lhe uma sequência que, não tendo sido a real, por incontornável necessidade de contenção, me pareceu, no entanto, ser fiel ao espírito e à intenção do Papa ao saudar e ao abençoar a nossa Universidade.

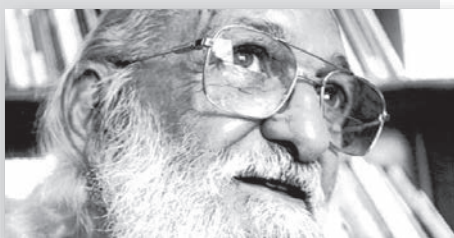
[...] *Uma instituição académica católica distingue-se pela inspiração cristã dos indivíduos e das próprias comunidades, consentindo-lhes incluir a dimensão moral, espiritual e religiosa na sua investigação e avaliar as conquistas da ciência e da técnica na perspectiva da totalidade da pessoa humana.* [...] *Poderia alguém objectar que uma tal docência universitária tiraria as suas conclusões da fé e, por isso, não poderia pretender a validade das mesmas para quantos não partilham desta fé. É verdade que não partilham a fé, mas serve-*

-lhes a razão ética da proposta. Explico-me. Por detrás do docente católico fala uma comunidade crente, na qual, durante séculos da sua existência, amadureceu uma determinada sabedoria da vida: uma comunidade que guarda em si um tesouro de conhecimento e de experiência ética, que se revela importante para toda a humanidade. Neste sentido, o docente fala não tanto como o representante duma crença, como sobretudo testemunha da validade duma razão ética. [...] *“Acenava atrás à necessidade de se descer ao concreto; queria aqui lembrar o princípio da encarnação na pele do nosso povo. As suas perguntas ajudam-nos a questionar-nos; as suas batalhas, sonhos e preocupações possuem um valor hermenêutico que não podemos ignorar, se quisermos deveras levar a cabo o princípio da encarnação. O nosso Deus escolheu este caminho: encarnou-Se neste mundo, atravessado por conflitos, injustiças e violências, Atravessado por esperanças e sonhos. Por conseguinte, não temos outro lugar onde O procurar a não ser no nosso mundo concreto, no vosso Portugal concreto, nas vossas cidades e aldeias, no vosso povo. Lá Ele está a salvar” e “[...] sabendo nós que Deus criou sozinho o homem, mas não quis salvá-lo sozinho, espera a nossa colaboração”.*

Os textos completos, em versão bilingue – português e inglês – estão publicados no livrinho “A Verdade no Concreto” / “The Truth of the Tangible”, edição da Universidade Católica Editora, Lisboa, fevereiro de 2018.

NOTÍCIAS DA SCUCP

CONGRESSO PAULO FREIRE

A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE
50 ANOS DEPOIS

CONGRESSO
PAULO FREIRE
EDUCAÇÃO
como prática da
LIBERDADE
50 ANOS DEPOIS

17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2017

Auditório da escola sede do Centro de Formação de
Escolas António Sérgio | Secundária D. Dinis | Lisboa

INSCRIÇÕES: <https://goo.gl/cVAaAV>

Acreditado pelo CCPFC com 0,5 créditos para efeitos de
progressão na carreira docente



A 17 e 18 de Novembro de 2017, a SCUCP colaborou com o CENTRO DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS ANTÓNIO SÉRGIO na organização do congresso que comemorou os 50 anos da publicação da obra de Paulo Freire *A Educação como Prática da Liberdade*. Foi ela um dos marcos decisivos na luta pelo progresso dos povos através da Educação e muito concretamente pela proposta de um método para a alfabetização de adultos que conciliava os seus valores culturais próprios com a promoção tanto da sua autonomia em termos comunicacionais como na aquisição de uma consciência socio-política libertadora.

Para além da colaboração na orientação geral dos trabalhos, a SCUCP promoveu as intervenções, em sessões plenárias e de grupo, dos Profs. Joaquim Cerqueira Gonçalves e Carmo Ferreira, José Victor Adragão, Maria Lúcia Garcia Marques e Juiz Conselheiro Álvaro Laborinho Lúcio.

Por parte do Centro de Formação António Sérgio, o professor Joaquim Melro responsabilizou-se pela organização que contou com a colaboração, quer em sessões plenárias quer em orientação de trabalhos de grupo, dos Profs. Luiza Cortesão (pelo Instituto Paulo Freire), Carlos Silvestre, Joaquim Pinto, Armando Loureiro, Teresa Santos, Mabel Cavalcanti, Luís Mocho, e Maria de Fátima Sanches Chorão, ligados a diversos estabelecimentos de ensino de todo o país e Brasil.

Os textos produzidos nas sessões serão publicados numa edição a programar em conjunto. ■

Propriedade

Universidade Católica Portuguesa – Sociedade Científica
Palma de Cima – 1649-023 Lisboa
Tel.: 35 21 721 40 00 • Fax: 351 21 726 05 46
scientif@lisboa.ucp.pt • www.scucp.ucp.pt

Diretora Maria Lúcia Garcia Marques

Revisão Paula Gonçalves

Paginação e Impressão Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Isenta de Registo na ERC ao Abrigo do Dec. 8/99

As imagens desta publicação são disponibilizadas ao abrigo do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, Lei n.º 82/2013 de 6 de dezembro, art. 75.º, n.º 2, alínea e.